



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 120, DE 2011
(nº 318/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Os méritos do Senhor Marcelo Baumbach que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de agosto 2011.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, A. Russell.

Brasília, 7 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCELO BAUMBACH**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **MARCELO BAUMBACH** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

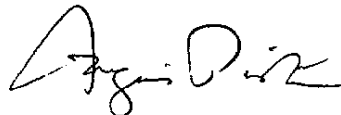
Brasília, 7 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCELO BAUMBACH**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCELO BAUMBACH** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MARCELO BAUMBACH

CPF.: 564.973.690-15

ID.: 10110 MRE

1967 Filho de José Arsenio Baumbach e Neila Maria Baumbach, nasce em 16 de fevereiro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1988 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1990 CPCD - IRBr
1992 Pós-Graduação em Direito Internacional Público e Privado pela Academia de Direito Internacional da Haia, Holanda
2000 CAD - IRBr
2006 CAE - IRBr, Os regimes de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: evolução recente e apreciação crítica

Cargos:

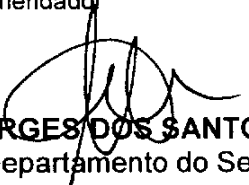
1991 Terceiro-Secretário
1996 Segundo-Secretário
2001 Primeiro-Secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1989 Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Faculdade de Direito, Professor de Direito Constitucional e Ciência Política
1991-93 Divisão das Nações Unidas, Assistente
1993 IRBR, Professor Assistente de Direito Internacional Público
1995-99 Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo-Secretário
1999-2002 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu, Segundo e Primeiro Secretário
2002 Coordenadoria de Programa Gestão da Política Externa, Gerente
2002-04 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessor
2004-06 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-11 Presidência da República, Porta-Voz do Presidente da República
2011 Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro, missão transitória

Condecorações:

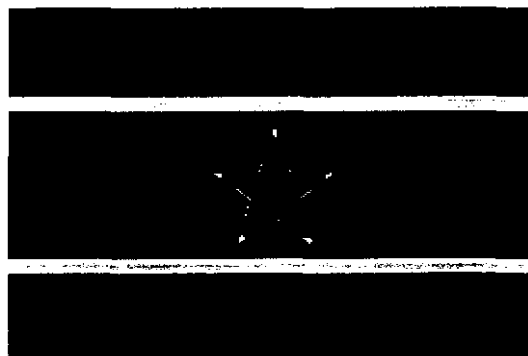
2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul II
Divisão da América Meridional IV

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DO SURINAME



JUNHO DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
POLÍTICA INTERNA	4
CONJUNTURA ECONÔMICA.....	5
POLÍTICA EXTERNA.....	8
RELAÇÕES BILATERAIS.....	9
Cooperação em Energia.....	11
Cooperação Financeira	12
Cooperação em Defesa.....	12
Comunidades brasileiras no Suriname e questões migratórias	13
Dívida do Suriname com o Brasil	16
Ligação Rodoviária Brasil-Suriname	17
Cooperação Técnica	18
TV Digital.....	19
Cooperação Educacional e Cultural	19
Cooperação em Saúde	19
Relações econômicas.....	20
ANEXO 1 - ATOS BILATERAIS EM VIGOR E EM TRAMITAÇÃO.....	23
ANEXO 2 – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	27

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Suriname
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km ² (11º da América do Sul)
POPULAÇÃO (est. 2009)	541 mil habitantes (12º da América do Sul)
IDIOMAS	Holandês (oficial), “sranan-tongo” (idioma “crioulo” local), híndi, javanês, inglês, francês.
ETNIAS	Híndis (29%); crioulos (19%); maroons (16%); javaneses (15%); chineses (6%); brancos (5%); indígenas (4%); outros (6%, incluindo 4% de brasileiros)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo, islamismo e hinduísmo
SISTEMA POLÍTICO	República unitária e presidencialista, com fundamento na Constituição de 1987
CHEFE DE ESTADO	Desiré Delano Bouterse
CHANCELER:	Winston Lackin
EMBAIXADOR NO BRASIL	Marlon Faisal Mohamed Hoesein
EMBAIXADOR DO BRASIL	José Luiz Machado e Costa
PIB (est. 2010)	US\$ 3,297 bilhões (11º da América do Sul)
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 4,728 bilhões
PIB PER CAPITA (est. 2010)	US\$ 6.244,89 (7º da América do Sul)
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010)	US\$ 8.955,33
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Suriname (2,75 = US\$ 1); câmbio fixo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 a 20 mil pessoas

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil). Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ SURINAME	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan/mar)
Exportações (fob)	10.702	44.825	28.410	35.895	31.468	36.597	46.903	40.170	63.376	15.021
Importações (fob)	3	0	737	13	23.258	19.174	28.905	7.397	217	66
Saldo	10.699	44.825	27.673	35.882	8.210	17.423	17.998	32.773	63.159	14.955
Intercâmbio	10.705	44.825	29.147	35.908	54.726	55.771	75.808	47.567	63.593	15.087

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ (DÉSI) DELANO BOUTERSE **Presidente da República**

Nasceu em Paramaribo, em 13 de outubro de 1945. É militar, casado, tem 3 filhos. Formou-se pela Military Sports Academy, na Holanda. Liderou a Revolução de 25 de fevereiro de 1980 e foi Chefe de Governo da República do Suriname, entre 1980 e 1988. Foi também Conselheiro de Estado e membro da Assembléia Nacional. É membro do partido NDP, o maior partido do Suriname em número de afiliados, de base ideológica nacionalista e não vinculado exclusivamente à religião ou etnia específica, como é comum no Suriname. Em julho de 2010, foi eleito Presidente pela Assembléia Nacional, até 2015, por coalizão liderada pela Mega Combinatie.

WINSTON LACKIN **Ministro das Relações Exteriores**

Nasceu no distrito de Nickerie, Suriname, em 23 de dezembro de 1954. Formou-se em Direito na Universidade Anton de Kom, no Suriname e concluiu o Curso de Formação no Instituto Rio Branco no biênio 1984-1986. Serviu na Embaixada do Suriname em Brasília como Primeiro Secretário, entre 1991 e 1994 e na Embaixada do Suriname em Bruxelas como Conselheiro, entre 1997 e 2000. Em 13 de agosto de 2010, tomou posse como Ministro das Relações Exteriores.

POLÍTICA INTERNA

No dia 19 de julho de 2010, os 51 Deputados da recém eleita (25 de maio) Assembléia Nacional do Suriname (no país, o mandatário é eleito indiretamente, pelos deputados, para mandato de cinco anos) elegeu Desi Bouterse como Presidente da República. Para Vice-Presidente elegeu-se, em pleito à parte, Robert Ameerali. Ambos pertencem à coligação Mega Combinatie (MC). Bouterse e Ameerali contaram, cada um, com 36 votos, resultado da fusão do MC com o A-Com, e com o VA.

A eleição do representante do Mega Combinatie se sucedeu a vitória expressiva do Partido, que também lograra (por diferença de dois votos), eleger a “Speaker” Jennifer Geerlings-Simons – vencendo candidato do New Front. Ainda que o NF tenha conseguido eleger Ruth Wijdenbosch para a Vice-Presidência (“Deputy-Speaker”), a vitória de Simons configurou mais uma derrota política para o ex-Presidente Venetiaan.

Surpreendeu a capacidade de articulação de Bouterse, que assegurou a presidência e a vice-presidência já na primeira rodada da Assembléia Nacional, quando muitos analistas previram que a disputa se prolongaria por mais algumas semanas.

O ato solene de posse do novo Presidente foi realizado no dia 12 de agosto de 2010. Bouterse sucedeu Runaldo Ronald Venetiaan, do New Front (NF), que fora Presidente do Suriname por três mandatos (1991-1996, 2000-2005, 2005-2010).

Próximo de se completar um ano da eleição do Presidente Bouterse, iniciam-se alguns exercícios de avaliação de seu governo, com o levantamento das promessas de campanha cumpridas e pendentes. Entre as primeiras estão: alterações no plano de aposentadoria pública e auxílio à infância; fusão entre o Banco da Agricultura e o Banco Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de melhor apoiar os pequenos empresários; criação da *Surinam Investment Corporation Company*; pagamento do FISO 2 (aumento salarial aplicado aos funcionários públicos); estabelecimento do Programa de Investimento Estrutural (SVP), destinado a aumentar a arrecadação do Estado; início da revisão do sistema tributário; relançamento (com apoio da empresa chinesa Zhong Heng Tai) da indústria de óleo de palma, em Patamacca.

Entre as promessas pendentes estariam: reestruturação do setor de transporte urbano; serviço militar compulsório para todos os rapazes e moças entre 17 e 26 anos; construção de 18.000 casas populares em todo o território nacional, com oito complexos de apartamentos, contendo cada um 250 apartamentos; início do projeto de construção de conexão rodoviária que ligará Paramaribo, Commewijene, Pará, Wanica e o interior do país até 2020; criação de um Conselho especializado em Ciência e Tecnologia, que operaria diretamente subordinado ao Gabinete da Presidência da República; criação de quatro parques no interior do Distrito de Sipaliwini para estimular o turismo; construção de um porto na embocadura dos rios Suriname e Commewijne e de um novo aeroporto internacional; construção de uma universidade e de um centro médico em Wanica; redução para dez dias do prazo relativo aos trâmites de pedidos de residência encaminhados por pessoas interessadas em abrir empresas ou fazer negócios com o Suriname.

Avalia-se que a oposição não tem sido capaz formular crítica bem fundamentada e abrangente contra as políticas do atual Governo, que colocaram em evidência temas como a reforma do Estado e a integração do Suriname à América do Sul. Nesse sentido, ao ter escolhido técnicos para ocupar posições-chave da Administração, Bouterse tem conseguido passar a imagem de êxito na gestão governamental nos últimos meses.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Panorama Macroeconômico

A economia do Suriname, uma das menores da América Latina, depende da mineração (bauxita e ouro) e da exploração de petróleo.

O país responde por cerca de 3% da produção mundial de bauxita, índice que o coloca na 10ª posição no ranking dos principais países produtores do mineral. A alumina, derivada da bauxita, juntamente com o ouro e o petróleo em bruto, respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por 25% das receitas governamentais. Trata-se, por conseguinte, de economia ainda vinculada à evolução dos preços internacionais dessas *commodities*.

O Suriname passou por um período de intensa turbulência econômica durante toda década de 1990. Em 2000, com a eleição de um novo governo, teve início vigoroso processo de ajuste macroeconômico, com a implementação de forte ajuste fiscal.

A partir de 2002, a economia ingressou em trajetória de crescimento de aproximadamente 5% ao ano. A inflação foi debelada, tendo caído, de 98,0% em 1999, para 1,3% em 2009, enquanto que o déficit público declinou de 50% do PIB para 21% no mesmo período. Desde 2007, quando atingiu PIB per capita de US\$ 5.136, o Suriname deixou de ser classificado entre os países de renda baixa, alcançando o patamar de “renda média”. Nos últimos anos, de seu Governo, o Presidente Venetiaan conseguiu reduzir a inflação, que caiu de 20%, em 2003, para 5,5%, em 2007. O processo de estabilização envolveu a criação de nova moeda, o dólar do Suriname (SRD), que substituiu o desgastado florim local, no início de 2004, e cuja taxa de câmbio é fixa: SRD\$ 2,75 = US\$ 1,00.

Em 2009, com o agravamento da crise internacional, foi registrada queda no crescimento econômico do Suriname (3,5%, contra 6% em 2008 – dados da EIU), em virtude principalmente da queda dos preços internacionais das *commodities*. Para fazer frente à perda de receita com exportações, equivalente a 39% da conta corrente do setor – a primeira contração em cinco anos –, o governo optou por promover corte profundo em seus gastos. Essa medida possibilitou a geração de superávit fiscal equivalente a 3,7% do PIB nesse ano. Não obstante a contração dos gastos públicos, algumas medidas de natureza contracíclica foram adotadas durante a crise. Entre essas cabe destacar a expansão do crédito interno para o setor privado.

A política econômica adotada e a recuperação dos preços internacionais das *commodities* contribuíram para o crescimento de 4,5% do PIB, em 2010 (dados do FMI). Esse bom resultado veio acompanhado, contudo, por surto inflacionário: em

dezembro de 2010, foi registrada inflação de 10,3%, contra 1,3% no mesmo período (em fevereiro de 2011, o índice anualizado foi de 18,6%, de acordo com aquele organismo internacional).

Três fatores são apontados para a disparada inflacionária. O primeiro deles diz respeito à implementação do FISO I e II (programa de reforma dos salários do serviço público, responsável pela elevação da folha de salários de 9% do PIB, em 2008, para 10,5%, em 2010). O segundo refere-se à maxidesvalorização de 20% do dólar surinamês em janeiro de 2011. O Governo disse ter adotado a medida em atendimento às recomendações de autoridades financeiras internacionais sobre a importância da diminuição do *gap* entre as cotações do dólar norte-americano no oficial e no mercado paralelo. Para muitos analistas, contudo, teria igualmente influído para a maxidesvalorização as percepções de incerteza quanto ao desempenho do Governo que assumiu o poder em agosto de 2010 e o deterioramento da posição fiscal do Governo (déficit de 3,3% no período de 2009-2010). O terceiro fator apontado para a recente onda inflacionária foi o aumento de aproximadamente 40% nos preços dos combustíveis, que pode ser explicada pela decisão do Governo de elevar em 70% o imposto sobre os combustíveis e pelo aumento dos preços internacionais do petróleo.

O problema da oferta de energia

Segundo avaliação do governo, mantidas as condições atuais da economia surinamesa, o país necessitará, a partir de 2015, de 100 megawatts adicionais aos que produz atualmente para suprir a demanda de energia (a produção atual é de cerca de 200 megawatts). Essa estimativa se refere apenas ao crescimento vegetativo da demanda - não levando em consideração, portanto, eventual demanda de energia que poderia ser gerada caso fossem implantadas fábricas de alumínio para beneficiar a bauxita produzida no país.

Tradicionalmente, as principais empresas que vinham atuando no setor de extração de alumínio do Suriname eram a canadense “Suriname Aluminium Company” (SURALCO - subsidiária da ALCOA) e a australiana “Billiton Maatschappij Suriname” (BMS - subsidiária da australiana BHP Billiton). No entanto, a BHP Billiton deverá encerrar suas atividades no Suriname, alegando justamente a precariedade na oferta de energia elétrica.

O espaço deixado pela empresa australiana deveria ser ocupado com a constituição da “Alumsur”, que teria participação da empresa suíça Glencore International. A instabilidade nos preços no setor da bauxita/alumínio, entretanto, tem afetado os planos de investimento, de maneira que o Ministério dos Recursos Naturais informou que não está prevista a construção de nova planta de processamento de bauxita no país.

Nesse contexto, o crescimento da economia surinamesa pode ser grandemente estimulado com o aumento da oferta de energia elétrica no país. Uma das alternativas para a superação do problema seria a construção de hidroelétrica no Rio Tapanahony-Jai, cujo projeto é discutido há alguns anos. O Governo surinamês pretende lançar ampla campanha informativa sobre o projeto de geração de energia elétrica Tapanahony/Jaikreek, tão logo terminado o estudo preliminar da obra, que antecede o estudo de viabilidade. O projeto prevê o desvio das águas do Rio Tapanahony e do Rio Jaikreek para o lago Brokopondo durante o período das chuvas. A geração de energia será feita por cinco novas mini-hidrelétricas, com capacidade total de 205 megawatts. O Presidente Bouterse já fez declarações no sentido de que a cooperação brasileira seria importante para o projeto hidrelétrico de Tapajai.

Produção de petróleo

A bacia Suriname-Guiana apresenta potencial para tornar-se importante região produtora de petróleo. Relatório elaborado em 1991 pelo Departamento Americano de Pesquisas Geológicas indicou que a bacia Suriname-Guiana abriga possivelmente uma das últimas áreas do planeta ainda pouco exploradas e dotada de grande potencial para a produção de petróleo. Suas reservas potenciais são estimadas em torno de 15 bilhões de barris.

Desde 2004, a empresa estatal Staatsolie assinou contratos com petrolíferas estrangeiras – a exemplo da espanhola Repsol YPF, da dinamarquesa Mearsk Oil e das americanas Occidental Petroleum e U.S. Murphy Oil – para a exploração de blocos *offshore*, numa região situada a leste da área disputada com o país vizinho.

O governo Bouterse vem mantendo o plano de investimentos da estatal petroleira Staatsolie para o período 2009-2012, o qual prevê projetos tais como a construção de uma segunda refinaria no oeste do país. A estatal também anunciou investimentos na prospecção de novos poços no sudoeste do país, ao sul dos dois campos já explorados (Tambaredjo e Calcutta). A empresa planeja também ampliar a prospecção em áreas costeiras (estimativas de reservas ainda não localizadas na Bacia Sedimentar das Guianas dão conta de 15 bilhões de barris).

Produção de ouro

Se os setores de extração de bauxita e de petróleo têm enfrentado problemas para atrair investimentos, a situação é bem diferente no setor de extração de ouro. Uma das explicações possíveis é o fato de que o ouro tem logrado manter-se na posição de reserva de valor internacional, sendo, portanto, ativo procurado em momentos de crise.

A mineração de ouro em larga escala no Suriname apresenta potencial crescente. A Suralco, por exemplo, já identificou depósitos de ouro em suas minas de bauxita. Para explorá-los, formou *joint venture* com mineradora norte-americana. A principal mina em operação no país, a de Rosebel, possuía no final de 2008 reservas de ouro estimadas em 317,3 toneladas e reservas potenciais adicionais de 7,1 toneladas.

Em 2008, a mineradora americana Golden Star Resources, que detém a concessão para explorar área de 743 km² na parte oriental do país, em Brokolonko, revelou haver encontrado fortes indícios da existência de um grande depósito de ouro na região. Ainda de acordo com essa companhia, o Escudo das Guianas, sobretudo nas proximidades de Saramaca, compreende uma área com grande potencial para a descoberta de novas jazidas desse mineral.

O principal investidor na exploração aurífera no Suriname é a empresa canadense Iamgold, que, em 2009, investiu US\$ 45 milhões em sua operação no país. O Suriname continua, no entanto, atraindo grande volume de mineradores/garimpeiros ilegais, cujos volumes de produção tendem a não ser refletidos nas estatísticas oficiais de comércio. Uma das promessas de campanha do Presidente Bouterse foi a organização da atividade do garimpo artesanal no interior do país.

POLÍTICA EXTERNA

O Suriname tem procurado diversificar suas relações externas, tradicionalmente vinculadas à sua ex-metrópole, aos países do Caribe e outros países desenvolvidos. Poderiam ser apontados, como possíveis motivos, frustrações com a Holanda – país com o qual mantém relações muito intensas, porém permeadas por constantes divergências – a percepção de relativo isolamento no seio da própria Comunidade Caribenha (CARICOM) e certo descontentamento com a excessiva ênfase em questões de segurança posta pelos Estados Unidos em suas relações bilaterais.

Nesse contexto, o Governo surinamês tem demonstrado crescente interesse com relação à UNASUL e a outros foros de integração regional e inter-regional – particularmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

O Presidente Bouterse explicitou a prioridade que terá o entorno imediato do Suriname (Guiana, Brasil e França) e o continente sul-americano como um todo na política externa de seu governo. Ainda que essa inflexão seja claramente percebida, permanecem importantes as relações do Suriname com os países de origem das principais comunidades que constituem a sua população (Índia, Indonésia, China).

Atualmente, há dez Embaixadas residentes no Suriname (Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Holanda e Venezuela).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil constitui importante ator no processo de diversificação das relações externas do Suriname, com razoáveis possibilidades de apoio ao seu desenvolvimento e grande potencial de cooperação.

A eleição de Dési Bouterse representa possibilidade de intensificar a agenda bilateral. O novo Presidente tem dado mostras e declarações no sentido de privilegiar a relação com o Brasil, considerado parceiro estratégico. O mandatário tem salientado compatibilidades entre a política externa do Brasil e do Suriname.

Missões ao Suriname

O Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita a Paramaribo em 21 de dezembro de 2004, quando foram assinados o Acordo de Regularização Migratória e o Tratado de Extradicação.

O Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva visitou o Suriname em fevereiro de 2005, no contexto da reunião de Cúpula da CARICOM. Foram assinados os seguintes acordos na ocasião: Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória.

Em julho de 2007, houve missão a Paramaribo do Subsecretário-Geral da América do Sul para realizar a I Reunião de Mecanismo de Consultas Políticas.

Em abril de 2008, o Ministro da Defesa esteve em Paramaribo, para tratar da proposta do Conselho Sul-Americano de Defesa e de cooperação bilateral nesta área.

Em setembro de 2008, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial.

O Subsecretário-Geral das Comunidades do Brasil no Exterior, por sua vez, visitou Paramaribo em maio de 2009, ocasião na qual foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares.

Em 12 de agosto de 2010, comitiva chefiada pelo Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, esteve em Paramaribo para a posse do Presidente Bouterse. Após a cerimônia, o Ministro Chefe da SAE foi recebido por Bouterse em reunião bilateral, ocasião em que foram discutidas as prioridades na agenda bilateral.

Em 25 de outubro de 2010, o Subsecretário-Geral da América do Sul chefiou missão multidisciplinar a Paramaribo. Representantes de outros ministérios, como Agricultura, Saúde e Transportes, integraram a comitiva. Como parte da cooperação em matéria de defesa, foram entregues ao Ministério da Defesa do Suriname sete contêineres de selva, totalmente equipados, para o apoio a operações em regiões remotas, bem como oito toneladas de equipamentos de uso pessoal. O

Subsecretário Geral da América do Sul foi recebido pelo Presidente Bouterse, pelo Vice-Presidente Ameeralli e por outras autoridades, ocasiões em que reiterou a firme intenção do Brasil de estreitar a relação diplomática com Paramaribo.

Como resultado da missão multidisciplinar, foi delineado Plano de Ação, que deve servir como roteiro para a cooperação bilateral. O Plano de Ação envolve as seguintes áreas: energia e exploração mineral; integração física e interconexão marítima; defesa; comunidade de brasileiros no Suriname; combate ao narcotráfico; TV digital; cooperação técnica; comércio; educação e cultura; e agricultura. Como desdobramento do Plano de Ação, ocorreu em Belém, nos dias 22 e 23 de novembro, reunião técnica bilateral sobre a conexão rodoviária entre os dois países.

Em 25 de novembro de 2010, o Secretário-Geral das Relações Exteriores representou o Governo brasileiro nas comemorações dos trinta e cinco anos da independência do Suriname, em Paramaribo. A Esquadrilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira encerrou o desfile militar alusivo à independência, apresentando-se, com grande êxito, pela primeira vez no Suriname. No mesmo dia, foi recebido pelo Presidente Bouterse e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Winston Lackin. Durante a visita, o Secretário-Geral e o Ministro Lackin assinaram documento que cria o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, cujo objetivo é proporcionar canal institucional direto, fluido e ágil para o tratamento de assuntos de interesse da comunidade brasileira no Suriname.

Em abril de 2011, o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) foi a Paramaribo para presidir a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Temas Migratórios e Consulares.

Missões recebidas no Brasil

Em julho de 2007, o Ministro da Defesa do Suriname, Ivan Fernand, esteve no Brasil. No mês seguinte, o Ministro da Justiça e Polícia, Chandrikapersad Santokhi, visitou o país.

O Presidente Ronald Venetiaan compareceu à Cúpula da UNASUL em Brasília, em maio de 2008, e à Cúpula da CALC na Costa do Sauípe, em dezembro de 2008. Na ocasião, manteve encontro paralelo com o Presidente da República.

A Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, realizou visita oficial ao Brasil, em 10 de setembro de 2009.

O Presidente Venetiaan compareceu à Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília, em abril de 2010. Na ocasião, foram assinados quatro acordos e ajustes complementares na área de saúde, educação e ambiental (ver Anexo I).

O Presidente Desi Bouterse compareceu, em 16 de dezembro de 2010, à XL Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, em Foz do Iguaçu. Manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da Cúpula, ocasião em que assinou os seguintes instrumentos:

- I) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”;
- II) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”
- III) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis
- IV) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”.

O Presidente Bouterse compareceu à posse da PR Dilma Rouseff, em 1º de janeiro de 2011.

De 22 a 24 de fevereiro de 2011, a Ministra das Finanças, Winnie Boedhoe, e o Presidente do Banco Central do Suriname (BCS), Gillmore Hoefdraad, realizaram visita a Brasília, onde mantiveram reuniões no Banco Central, no Ministério do Planejamento, no BNDES e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entre outros assuntos, foram tratados a possibilidade de cooperação do BACEN com as reformas em implementação no BCS, financiamento do BNDES a projetos de infra-estrutura no Suriname e o Cadastro Único brasileiro que serve de base ao Programa Bolsa Família, com vistas a ser implementado no Suriname.

Cooperação em Energia

Em março de 2011, foi realizada missão da área de energia ao Suriname. Representantes da Agência Nacional do Petróleo encontraram-se com funcionários da Staatsolie e do Ministério de Recursos Naturais do Suriname e, ao fim da missão, apresentaram diagnóstico do setor ao Presidente Bouterse, com ênfase na parte de regulação. Ficou acordado que a ANP ofereceria treinamento a dois técnicos surinameses, pelo período de dois meses, em procedimentos de controle e fiscalização. Representante da Eletrobrás reuniu-se com funcionários da empresa estatal de energia elétrica EBS para intercâmbio de experiências. Como resultado, iniciou-se negociação de memorando de entendimento para formalizar a cooperação na área. A ANP sugeriu programação do curso / estágio com foco em treinamento nos setores de licitação, gerenciamento de dados, contratos e segurança operacional, com duração de 30 dias (maio de 2011). Aguarda-se reação do lado surinamês.

Como resultado da missão de março, a Eletrobrás identificou interesse em participar de projetos hidrelétricos no país. Caso ocorra a formalização da cooperação por meio da assinatura de Memorandum de Entendimento com a Eletrobrás, tal fato poderia fazer avançar, no futuro, o tema de uma possível interconexão elétrica com o Brasil, além de provocar uma sensível mudança no

panorama empresarial entre os dois países, hoje marcado pela ausência de empresas brasileiras instaladas no Suriname.

Cooperação Financeira

O Banco Central do Brasil (BCB) realizou, entre 8 e 14 de junho, missão a Paramaribo, para iniciar cooperação em gestão bancária. Representantes do BCB e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foram recebidos pelo Presidente do Banco Central do Suriname, ocasião em que foram apresentadas à delegação brasileira as principais áreas em que a parte surinamesa deseja receber cooperação técnica do Banco Central do Brasil, a saber: demonstrativos de balanço de pagamentos, dívida externa, posição internacional de investimentos, reservas internacionais, gestão na área de estatística de estudos econômicos aplicados e de pesquisa, auditoria interna, política monetária, operação e controle e gestão de risco das reservas internacionais e política monetária.

O projeto de cooperação elaborado pela ABC já foi aprovado pela parte surinamesa, dependendo somente de assinatura para o início das atividades.

Cooperação em Defesa

O treinamento militar prestado pelo Brasil às forças armadas surinamesas, iniciado logo após a independência, constitui um dos poucos canais ininterruptos e consistentes de entendimento com o país vizinho, que historicamente se manteve voltado para a antiga metrópole.

Centenas de oficiais, suboficiais e sargentos surinameses passaram, nas últimas três décadas, por centros de formação e treinamento das Forças Armadas brasileiras, em diferentes regiões do País. Muitos oficiais que ocupam hoje postos-chave nas forças armadas surinamesas foram formados no Brasil. O atual Comandante das Forças Militares, Coronel Ernst Mercuur, e o Comandante do Exército, Tenente-Coronel Adolf Jardim, cursaram, em 1988, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, no Rio de Janeiro. Ambos falam português fluentemente e são favoráveis à adoção de parâmetros doutrinários brasileiros no processo de modernização do sistema de defesa do Suriname, ora em curso.

As Forças Armadas do Suriname baseiam ainda, em alguma medida, seus procedimentos em doutrinas militares herdadas da Holanda. Tais procedimentos vêm, nos últimos anos, sendo matizados pela cooperação militar recebida de outros países (além do Brasil, EUA, França, China e Índia).

Iniciativas recentes, como a visita do Ministro Nelson Jobim a Paramaribo (abril de 2008), quando foi firmado o Acordo Bilateral sobre Cooperação em Matéria de Defesa (já ratificado pelo Brasil) e o aumento do número de vagas em

cursos para militares surinameses (convênio MRE/MD) contribuem para que o Brasil seja considerado hoje um importante parceiro do Suriname na área da defesa.

Realizou-se, entre 11 a 16 de maio, missão do Ministério da Defesa ao Suriname para tratar do andamento da cooperação no setor. A delegação brasileira cumpriu extensa agenda de contatos e visitas na área militar, que incluiu cerimônia de juramento dos novos oficiais surinameses promovidos, ocasião em que foi apresentada ao Presidente Dési Bouterse.

Comunidades brasileiras no Suriname e questões migratórias

Estimativas e perfil dos brasileiros

A comunidade brasileira no Suriname é de difícil mensuração, devido a situação migratória irregular e ao fato de muitos estarem dispersos pelo interior do país, dedicando-se a atividades de mineração. A Embaixada do Brasil no Suriname estima que os brasileiros naquele país totalizem entre 15 e 20 mil pessoas. Destes, cerca de 8 mil estariam em Paramaribo. Muitos dos brasileiros são migrantes pendulares, que passam também pela Guiana Francesa.

Em março de 2009, foram realizados “consulados itinerantes” em localidades com grandes concentrações de brasileiros (Benzdorp, Vila Brasil, Albina, Nieuw Nickerie e Albina). Em Benzdorp, vilarejo de aproximadamente 2.000 habitantes, 90% são brasileiros, muitos pendulares que chegam ao vilarejo apenas nos finais de semana, vindos dos garimpos na floresta, onde passam a semana. Muitos dos brasileiros atendidos pelo consulado itinerante em Benzdorp eram provenientes ou haviam passado recentemente pela Guiana Francesa, onde a produção aurífera é mais alta. Também em Vila Brasil (1.200 habitantes), os brasileiros são majoritários. Em Albina, cidade de maior porte às margens do Rio Marowijne (fronteira com a Guiana Francesa), a comunidade brasileira é majoritariamente pendular.

Está em discussão no Parlamento local nova lei de naturalização. O objetivo é estabelecer diretrizes claras para o processo de obtenção da nacionalidade surinamesa, atualmente bastante incerto. Em razão do debate ter alcançado a opinião pública, o Governo finalizou a análise de 301 pedidos de nacionalização que estavam pendentes, entre os quais não figurava nenhum brasileiro.

Acordos em Matéria Migratória e Cooperação Jurídica

Em dezembro de 2004, foram firmados Tratado de Extradução e Acordo de Regularização Migratória. Por ocasião da visita do Presidente Lula ao Suriname, em 2005, foram firmados Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e

sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. A situação desses Acordos é a seguinte:

Acordo	Data de assinatura	Tramitação no Brasil	Tramitação no Suriname
Acordo sobre Regularização Migratória	21/12/2004	Aprovado pelo Congresso. Decreto Legislativo nº. 271, publicado no D.O.U. de 05/10/07	Em apreciação pelo Parlamento.
Tratado de Extradicação <i>Entrou em vigor em 02/02/11.</i>	21/12/2004	Promulgado pelo Decreto Legislativo no. 655, de 01/09/10.	Aprovado em junho de 2006
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	16/02/2005	Aprovado pelo Congresso. Decreto Legislativo n.º 346, publicado no DOU de 29/06/09.	Em apreciação pelo Parlamento.
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal <i>Entrou em vigor em 08/12/2008.</i>	16/02/2005	Promulgado pelo Decreto 6.832, de 29/04/09.	Aprovado em junho de 2006

O Governo brasileiro vem reiterando a importância de que o Acordo sobre Regularização Migratória seja ratificado pelo Suriname e possa então entrar em vigor. Embora a apreciação do Acordo já tenha entrado na pauta do Parlamento surinamês, onde a coalizão governista tem maioria, o Governo tem tido dificuldade em defender a sua ratificação pela Assembléia.

Incidente em Albina

Em 24 de dezembro de 2009, a comunidade brasileira que vive na cidade de Albina – a 150 km de Paramaribo – foi atacada por integrantes da comunidade crioula local. O ataque teria sido resposta ao assassinato de um de seus integrantes, envolvido em uma discussão com um brasileiro.

O Embaixador do Brasil no Suriname visitou o local para avaliar a situação. Foram registrados casos de estupros e de pessoas feridas, mas não houve mortes.

No dia 30 de dezembro de 2009, avião da FAB partiu de Paramaribo com 32 brasileiros. Os demais – que não quiseram regressar ao Brasil – ficaram hospedados em hotéis em Paramaribo, sob assistência da Embaixada do Brasil. Ante a demora do Governo do Suriname em cumprir sua promessa de regularizar a situação migratória desses indivíduos, muitos voltaram para a área de garimpo.

Em 31 de março e 1º de abril de 2010, a mídia surinamesa divulgou informações sobre distúrbios envolvendo garimpeiros brasileiros e moradores de

comunidade localizada a cerca de 150 km ao sul de Paramaribo. Em decorrência da rápida aglomeração de brasileiros em novo acampamento dedicado ao garimpo de ouro (conhecido como 16), formaram-se milícias com o objetivo de atacá-los. Segundo informações da polícia, não há risco de haver incidentes violentos ou distúrbios.

Cooperação na área migratória.

O tema foi tratado na Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Temas Migratórios e Consulares, realizada em abril de 2011, em Paramaribo. Um dos temas debatidos na reunião foi o projeto do governo local de organização do setor aurífero do país, que envolverá a regularização de imigrantes, o cadastramento dos garimpeiros e a reformulação da cobrança de tributos sobre a atividade. O SGEB encontrou-se, na ocasião, com representantes da comunidade brasileira, com quem realizou proveitoso intercâmbio de informações de natureza assistencial e consular. A primeira reunião do mecanismo representou a abertura de canal franco e permanente de diálogo, voltado para solucionar pendências e dificuldades da comunidade no Suriname.

Como desdobramento do Grupo de Trabalho, foi enviada, nos dias 19 e 20 de maio, missão da Caixa Federal a Paramaribo para contatos com bancos locais, com vistas a estabelecer parceria para o melhor atendimento da comunidade brasileira no país. A comunidade brasileira no Suriname não conta com produtos financeiros adaptados às suas necessidades. Entre os principais benefícios de uma parceria entre bancos estão, num primeiro momento, o atendimento de uma comunidade brasileira hoje desassistida pelo setor financeiro e, num segundo momento, o desenvolvimento de uma agenda econômico-comercial, apoiando cidadãos e empresas dos dois países a realizarem negócios e investimentos.

Organização do Garimpo Artesanal

O Presidente Dési Bouterse anunciou, em dezembro de 2010, série de medidas destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social do país. Referindo-se especificamente aos garimpeiros brasileiros, disse tratar-se, em sua grande maioria, de "pessoas honestas, que trabalham duro e contribuem para a economia do país". Informou que pretende tomar medidas imediatas, em coordenação com o Governo brasileiro, para conceder autorizações e identificações especiais que permitam a essas pessoas, independentemente de sua situação migratória, trabalhar com dignidade, pagar taxas, e, assim, ter acesso aos benefícios da cidadania, como segurança e assistência médica. A reestruturação proposta por Bouterse teria tanto o objetivo econômico, de ordenar e fiscalizar o setor (estima-se que o Governo deixa de arrecadar cerca de US\$ 7 milhões por mês devido à informalidade), como social, no sentido de proporcionar condições mais dignas e justas de trabalho ao garimpeiro.

Os esforços do Governo Bouterse em prol da organização da atividade de garimpo artesanal vêm sendo bem acolhidos pela comunidade brasileira. Em reunião ocorrida em fevereiro de 2011, chamada de “Conferência do Ouro”, como parte dos esforços do governo central de organizar a atividade de garimpo artesanal no interior do país, o Presidente Bouterse encontrou-se com representantes dos garimpeiros brasileiros, como o Pastor José Paulo Ribeiro, Secretário do Conselho de Representantes de Brasileiros no Mundo (CRBE/MRE).

Dívida do Suriname com o Brasil

A dívida do Suriname com o Brasil foi objeto de renegociação por três vezes, em 1992, 1996 e 1997, mas os planos de reescalonamento acordados não foram cumpridos integralmente.

Em 2008, iniciou-se nova negociação sobre o escalonamento da dívida, no contexto de renegociação de outras dívidas bilaterais do Suriname – o Brasil aparecia, então, como o principal credor do país vizinho. O Suriname havia manifestado, inicialmente, interesse em que parte de sua dívida fosse convertida em projeto de infra-estrutura a ser executado por empresa brasileira (*“debt for investment swap”*). Uma das possibilidades propostas pelo Suriname seria a construção de estrada ligando o país ao Brasil. Essa hipótese acabou sendo descartada diante da inexistência de amparo legal para esse mecanismo no ordenamento jurídico brasileiro e da disponibilização de recursos ao Suriname, pela Holanda, que permitiram ao país comprometer-se a realizar pagamento inicial maior com relação ao que se vinha trabalhando inicialmente.

As negociações foram concluídas em abril de 2009, mediante a assinatura de Ata, segundo a qual o reescalonamento da dívida (cujo valor atualizado era de US\$ 118 milhões) conteria os seguintes elementos:

- pagamento antecipado de US\$ 26 milhões, assim que o Acordo fosse submetido ao Congresso Nacional;
- pagamento de US\$ 56,3 milhões em 11 parcelas semestrais iguais, segundo tabela negociada, podendo receber desconto proporcional de até 10 milhões caso desejasse liquidar toda a dívida no prazo de um ano (até maio de 2010); e
- perdão dos juros de mora (penalidades), calculados em US\$ 35,7 milhões, desde que os pagamentos fossem efetuados conforme previsto.

Em julho de 2009, a minuta de Acordo, aprovada pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE), foi submetida à apreciação do Governo surinamês. A minuta viabilizou a assinatura, no dia 15 de julho, de termo de transferência de 30 milhões de euros entre os Governos da Holanda e do Suriname, a serem utilizados para amortizar a dívida com o Brasil.

O montante total da dívida renegociada, no valor de US\$ 73.9 milhões, foi creditado na conta aberta para esse fim no Banco do Brasil em Nova York, em agosto de 2009. Ao efetuar o pagamento do total da dívida antes de 31 de agosto, o

Suriname assegurou o desconto adicional, contemplado na minuta de Acordo, de dez milhões de dólares.

Em 16 de março de 2010, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou a Mensagem n. 61, de 2010, referente ao reescalonamento da dívida surinamesa com o Tesouro Nacional no valor de US\$ 118.020.795,04. No dia 30 de março, o Projeto de Resolução no. 9, de 2010 (oriundo da Mensagem 61, de 2010) foi aprovado no Plenário do Senado Federal.

Segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Fazenda, “o perdão concedido (no valor de US\$ 45,7 milhões) representou 38,73% da dívida, o que indica uma recuperação de 61,27%: um dos maiores percentuais da história do COMACE até hoje. Também foi a negociação mais rápida (menos de um ano de negociação bilateral efetiva) e a mais barata: duas missões nossas e uma deles”.

O equacionamento da dívida, além de liberar a pauta bilateral de tema que se encontrava pendente há mais de 11 anos, foi responsável por elevar o *rating* do Suriname, facilitando o acesso a novos créditos e a viabilização de novos projetos.

Ligação Rodoviária Brasil-Suriname

Não há ligação terrestre entre o Brasil e o Suriname. A conexão rodoviária entre os dois países viabilizaria o aumento do comércio bilateral, ora em níveis muito baixos, com significativos benefícios para o norte do Brasil, especialmente os Estados do Pará e do Amapá.

A carteira de projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) contempla, no “Eixo do Escudo Guianês”, um grupo de projetos que viabilizaria a interligação indireta entre o Brasil e o Suriname, passando pela Departamento da Guiana Francesa (via Ponte sobre o Rio Oiapoque) e pela Guiana (Ponte sobre o Rio Tacutu). A conclusão desse eixo, além de depender da conclusão de uma série de obras, não atenderia plenamente às expectativas do Suriname, que tem manifestado interesse na construção de rodovia “Norte-Sul”, que ligaria Paramaribo ao sul do país, e à BR-163 (com acesso à cidade de Santarém, no Estado do Pará). A manifestação de interesse do Suriname foi renovada pelo Presidente do Suriname ao então Presidente Lula, durante encontro à margem da CALC (dezembro de 2008).

O Ministério dos Transportes e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil apontam restrições ao projeto, especialmente sua baixa relação custo/benefício e a existência de áreas indígenas, de remanescentes quilombolas e de unidades de conservação ambiental no norte do Pará e do Amapá e na região de fronteira, quase inteiramente coberta pelo Parque Nacional do Tumucumaque.

O Ministério dos Transportes apontou para a necessidade de receber informações adicionais do Governo do Suriname acerca do estado das estradas no país a fim de dar prosseguimento à discussão do tema.

Cooperação Técnica

A Cooperação Técnica entre o Brasil e o Suriname está amparada no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em Brasília, em 22 de junho de 1976.

Atualmente existem 13 projetos de cooperação técnica bilateral em execução ou aguardando início, a cargo da Agência Brasileira de Cooperação. Os projetos são os seguintes (em maio de 2011):

Agricultura e agroindústria:

- 1) Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname;
- 2) Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname;
- 3) Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais

Saúde:

- 4) Capacitação técnica em pesquisa, coleta, preparação e análise de mercúrio em amostras biológicas e ambientais;
- 5) Prevenção da transmissão vertical da Sífilis e do HIV/AIDS;
- 6) Uso, armazenagem e distribuição de insumos e medicamentos de DST/HIV/AIDS;
- 7) Fortalecimento da Resposta à epidemia do HIV/AIDS no Suriname;
- 8) Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname;

Educação:

- 9) Fortalecimento metodológico do censo escolar no Suriname;
- 10) Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname;

Segurança pública:

- 11) Capacitação técnica na repressão ao crime organizado;

Geologia e mineração:

- 12) Mapeamento geológico e da geodiversidade na área de fronteira Brasil-Suriname;

Energia:

- 13) Apoio para o desenvolvimento da produção de biocombustíveis no Suriname.

TV Digital

A eventual adoção pelo Suriname do padrão nipo-brasileiro poderia fortalecer a cooperação bilateral em diversas áreas, como da tecnologia da informação, formação de recursos humanos de alto nível, investimentos na área industrial e criação de linhas de crédito. Além do Brasil, o Peru, o Chile e a Argentina já aderiram ao sistema ISDB-T. A Venezuela anunciou decisão em favor do padrão nipo-brasileiro em outubro de 2009. O Suriname adota o padrão analógico norte-americano para todas as comunicações; no caso da TV Digital, teria de haver uma migração para essa nova tecnologia, com pesados investimentos na instalação e operação de equipamentos de alta definição no país.

O Ministério dos Transportes, Comunicações e Turismo do Suriname é o órgão responsável pela análise e avaliação de eventual adoção de sistema digital. Em novembro de 2009, foi formulado convite à Ministra de Transporte, Comunicações e Turismo do Suriname, Richel Apinsa, para visitar o Brasil, com o objetivo de conhecer o processo de implantação do sistema de TV Digital ISDB-T com inovações brasileiras. O convite foi renovado durante a missão do Subsecretário-Geral da América do Sul ao Suriname, em outubro de 2010.

Cooperação Educacional e Cultural

Além da tradicional cooperação com o Instituto Rio Branco, que recebeu, em distintas ocasiões, jovens diplomatas surinameses no Curso de Formação de Diplomatas, estudantes surinameses são elegíveis ao ingresso facilitado e a bolsas de estudo no âmbito dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). No entanto, muito poucos estudantes do Suriname têm vindo estudar em universidades brasileiras. Os principais motivos são a barreira lingüística, dificuldades financeiras e mesmo falta de informação.

O último registro de estudante surinamês no PEC-G foi em 2001, para o curso de Engenharia da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande Norte – UFRN.

Pelo PEC-PG, em 2001, ingressaram dois estudantes surinameses para Mestrado – um em Engenharia de Produção, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e outro para o curso de Produtos Naturais e Sintéticos Biodegradáveis, na Universidade Federal de Pernambuco.

Cooperação em Saúde

No fim de novembro de 2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao Suriname com o objetivo de atender à solicitação de apoio para o combate à malária nesse país. Nesse sentido, foram alocados US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares) para contribuição voluntária à Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), a fim de adquirir medicamentos antimaláricos indicados pelo Governo local.

Relações econômicas

Comércio bilateral

O comércio do Brasil com o Suriname é muito pouco representativo, se comparado com o total comercializado pelo país com o resto do mundo. Em geral, representa apenas 0,02% da corrente de comércio nacional.

Apesar de sua pouca expressão, o fato é que o comércio do Brasil com o Suriname evoluiu de forma considerável. Entre 2002 e 2008, as exportações brasileiras para o Suriname cresceram 370%, chegando a US\$ 47 milhões – contra US\$ 10 milhões no início do período. As importações a partir do Suriname também aumentaram, atingindo US\$ 29 milhões em 2008 – contra apenas US\$ 2,6 mil, em 2002.

As exportações estão distribuídas por um conjunto expressivo de setores, dos quais quatro merecem destaque: abate de animais; máquinas e tratores; outros produtos alimentícios; e calçados, couros e peles. Juntos, eles concentraram 48,4% das vendas do Brasil para o Suriname entre 2005 e 2009. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2010, dois itens – as carnes de galos/galinha, em pedaços, congeladas e os pedaços e miudezas de galos/galinhas, congelados – foram responsáveis por 13,8% das exportações totais do Brasil para o Suriname. Em terceiro lugar, com 5,5%, figura a bauxita não calcinada, um insumo importante para a fabricação de alumínio que registrou vendas apenas em 2005 e 2010. Nesses dois anos, entretanto, a bauxita figurou como o principal item da respectiva pauta, com uma participação de 15,0% e 16,7%. O quarto item com maior peso é o óleo de soja refinado, que representou 3,4% do total das vendas do Brasil para o Suriname entre janeiro de 2005 e outubro de 2010.

As importações de produtos do Suriname no mesmo período, por outro lado, foram totalmente concentradas em um produto (alumina calcinada), e sua distribuição no tempo foi irregular. A alumina calcinada, ou óxido de alumínio, é obtida a partir da purificação da bauxita. Ela consiste em uma matéria-prima que, por reunir um conjunto de características físico-químicas importantes para a indústria – tais como pureza, consistência química, estabilidade reológica e granulométrica –, é empregada na fabricação de muitos produtos, a exemplo de vidros, rolos cerâmicos e isoladores elétricos. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2010, a alumina calcinada concentrou 97,6% das importações do Brasil oriundas do Suriname. A importação desse item, contudo, oscila muito ao longo do tempo. Em 2005 e 2010, por exemplo, não houve registro de importação pelo Brasil de alumina calcinada produzida no Suriname. Em consequência, a pauta declinou drasticamente nesses dois anos.

Em 2009, as trocas bilaterais caíram 37,3%. Mas o intercâmbio comercial já se recuperou em 2010 (+33,7%), puxado pelas exportações brasileiras (+57,8%). As importações de produtos surinameses, contudo, não se recuperaram em 2010, o que se traduz em balança comercial fortemente superavitária para o Brasil.

A deficiência no transporte marítimo e aéreo é apontada como principal entrave ao incremento das relações comerciais.

Preferências tarifárias ao arroz do Suriname

O Brasil concedeu tratamento diferenciado para o arroz importado do Suriname, no marco do “Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para Comércio de Arroz” (ACE 41), celebrado em abril de 2004 e internalizado no Brasil em outubro de 2005. O Acordo estipula que uma cota anual de 10 mil toneladas de arroz de origem surinamesa estarão livres de gravames aplicados à importação.

O Suriname exportou 2.830 toneladas de arroz em 2006 e 2.200 toneladas em 2007. Em 2008, o MDIC não registrou nenhuma importação de arroz do Suriname, e, até junho de 2009, tampouco foram registradas importações desse produto.

Investimentos

Não há registro de investimentos brasileiros, do ponto de vista de empresas nacionais operando no Suriname, apesar das oportunidades que o país apresenta.

O território surinamês é rico em ouro (explorado por multinacionais americana e canadense) e bauxita (transformação em alumínio explorada por multinacionais australiana e canadense). Atualmente, está em andamento no país projeto de mapeamento da geodiversidade na área da fronteira, desenvolvido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, com o objetivo de obter informações mais precisas sobre o setor mineral.

O país possui ainda grande potencial hidrelétrico, motivo pelo qual foi organizada, em março de 2011, missão da Eletrobrás, com o objetivo de iniciar entendimentos para cooperação nesse setor. Também estima-se que o Suriname possua grandes reservas de petróleo e gás *offshore*. O setor de hidrocarbonetos é explorado pela estatal *Staatsolie*. Em março de 2011, missão da Agência Nacional do Petróleo foi enviada ao país para iniciar cooperação na área de regulação do setor petrolífero.

Também não se pode desprezar as oportunidades que o país oferece em termos de complementariedade produtiva com o Brasil. A eventual integração de cadeias produtivas poderia se beneficiar do país também como plataforma de exportação, tendo em vista as preferências tarifárias que possui com países do Caribe e do continente europeu.

Cooperação Comercial

Entre 14 e 17 de junho, realizou-se missão da Suframa a Paramaribo. A Superintendência da Zona Franca de Manaus enviou àquela capital Coordenador Geral, que apresentou o modelo do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e divulgou a FIAM – Feira Internacional da Amazônia (Manaus, 26-29 de outubro próximo) para representantes do setor privado (Câmara de Comércio e Indústria – KKF; Associação de Traders do Suriname – VSB; Associação de Manufaturas do Suriname – ASFA; e Associação de Pequenos e Médios Empresários do Suriname – AKMOS).

O representante da Suframa também manteve reuniões com representantes do Ministério de Comércio e Indústria e do Porto de Paramaribo (que demonstrou interesse de realizar visita ao sistema portuário amazonense), além de ter sido recebido pelo Chanceler Winston Lackin e pelo Vice- Presidente Robert Ameerali, o qual acenou com a possibilidade de aceitar o convite para participar da FIAM 2011, acompanhando delegação de empresários surinameses.

A missão logrou o objetivo de preencher lacuna de informações atualizadas sobre o dinamismo econômico da Região Norte do Brasil, e com a qual o Suriname praticamente não mantém relações comerciais.

ANEXO 1 - ATOS BILATERAIS EM VIGOR E EM TRAMITAÇÃO

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação		Vigência
			Decreto nº	Data	
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	22/06/1976	07/09/1977	80399	26/09/1977	Em vigor
Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.	22/06/1976	07/10/1977	80571	17/10/1977	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	22/06/1976	01/11/1976	78803	23/11/1976	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname.	04/09/1979	04/09/1979			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade do Suriname.	27/01/1982				Expirou
Acordo sobre Transportes Aéreos.	28/01/1980	25/05/1983	88511	13/07/1983	Em vigor
Acordo, ptn., para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns.	17/08/1988	17/08/1988			Em Vigor
Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica.	03/03/1989	03/03/1989			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê.	03/03/1989	07/05/1990	68	21/03/1991	Em vigor
Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	03/03/1989	07/08/1990	96	16/04/1991	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade Anton de Kom e a Universidade do Rio de Janeiro.	01/04/1991	01/04/1991			Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor

Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria do Suriname.	21/01/1992	21/01/1992			Em vigor
Acordo por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname.	16/04/2002				Em vigor
Acordo, por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname.	16/04/2002	16/04/2002			Em vigor
Acordo sobre Regularização Migratória.	21/12/2004				Em tramitação
Tratado de Extradicação.	21/12/2004				Em tramitação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Protocolo de Intenções na Área de Saúde	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	16/02/2005				Em tramitação
Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal.	16/02/2005				Em tramitação
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola	16/02/2005	16/02/2005			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname"	19/05/2006	19/05/2006			Em vigor
Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	17/07/2007	17/07/2007			Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa	22/04/2008		895	20/11/2009	Em ratificação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS"	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname"	10/09/2009				Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da produção de Biocombustíveis no Suriname”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname”	10/09/2009				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”	26/04/2010				Em vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação	26/04/2010				Em tramitação no MRE
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia Do HIV/AIDS no Suriname”	26/04/2010				Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”	26/04/2010				Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”.	16/12/2010	16/12/2010			Em vigor

ANEXO 2 – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Suriname
Superfície	163.820 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Paramaribo
Principais cidades	Paramaribo, Wanica, Nickerie & Coropie, Sipaliwini & Brokopondo, Commewijne
Idioma oficial	Holandes
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US\$ 3,7 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 7.173
Moeda	Dólar do Suriname

Elaborado pelo ABREXPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2005	2006	2007	2008	2009
População (em mil habitantes)	500	510	510	520	520
Densidade demográfica (hab/Km ²)	3,1	3,1	3,1	3,2	2,0
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	1,9	2,1	2,4	3,0	3,7
Crescimento real do PIB (%)	4,5	4,8	5,5	6,0	2,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	8,9	11,3	6,4	14,7	-0,1
Reservas internacionais, exclusivo ouro (US\$ milhões)	128	215	401	502	859
Dívida Externa Total (US\$ milhões)	248	240	181	195	225
Câmbio (Sr\$ / US\$)	2,74	2,75	2,75	2,75	2,75

Elaborado pelo ABREXPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report October 2010

(1) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	358	108	434
Exportações	1.708	1.404	1.102
Importações	1.350	1.296	868
B. Serviços (líquido)	-113	2	19
Receita	285	287	138
Despesa	398	285	119
C. Renda (líquido)	20	5	10
Receita	42	30	18
Despesa	22	25	8
D. Transferências unilaterais (líquido)	87	94	44
E. Transações correntes (A+B+C+D)	352	209	507
F. Conta de capitais (líquido)	32	87	46
G. Conta financeira (líquido)	-91	-62	-124
Investimentos diretos (líquido)	-234	-93	-123
Portfólio (líquido)	-17	-11	2
Outros	160	42	-3
H. Erros e Omissões	-242	-41	-441
I. Saldo (E+F+G+H)	51	193	-12

Elaborado pelo ABREXPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da FMI International Financial Statistics, November 2010

(1) Janeiro-Junho

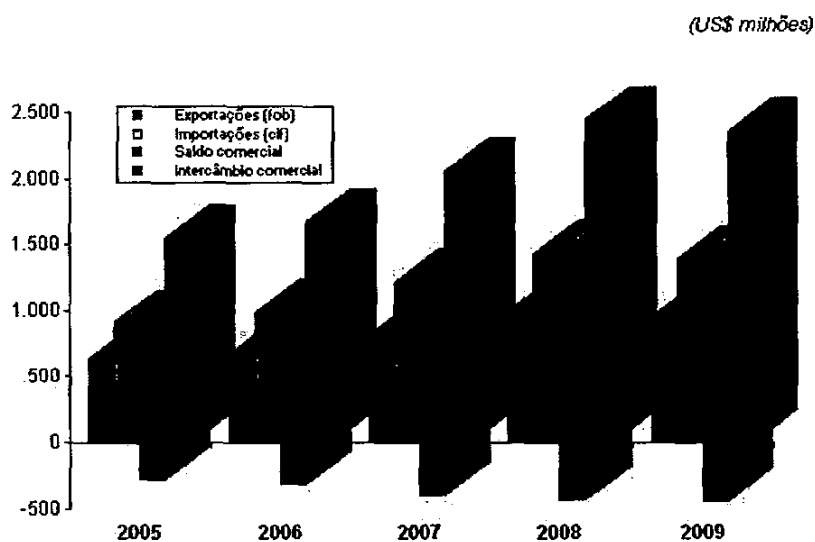
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	643	688	829	1.010	958	507
Importações (cif)	915	994	1.224	1.438	1.393	659
Saldo comercial	-272	-306	-395	-426	-435	-152
Intercâmbio comercial	1.558	1.682	2.053	2.446	2.351	1.166

Elaborado pelo MRE/PP/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, November 2010.

(1) Os dados não coincidem necessariamente com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) janeiro-junho.

COMÉRCIO EXTERIOR SURINAME 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/PP/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, November 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SURINAME**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2007	% do total	2008	% do total	2009	% do total	2010 ⁽¹⁾	% do total
EXPORTAÇÕES:								
Canadá	151	18,3%	211	20,9%	264	27,6%	125	24,7%
Estados Unidos	133	16,1%	155	15,3%	163	17,0%	125	24,6%
Reino Unido	74	8,9%	124	12,3%	104	10,9%	24	4,7%
Ucrânia	34	4,0%	44	4,3%	53	5,6%	24	4,8%
Países Baixos	37	4,5%	74	7,3%	48	5,1%	30	6,0%
Trinidad e Tobago	42	5,0%	48	4,7%	42	4,3%	21	4,2%
Jamaica	33	3,9%	45	4,5%	41	4,3%	21	4,2%
Portugal	81	7,4%	48	4,7%	28	2,9%	29	5,8%
Cuba	23	2,8%	27	2,6%	23	2,4%	11	2,2%
Barbados	20	2,4%	22	2,2%	20	2,0%	10	1,9%
Bélgica	27	3,2%	27	2,7%	20	2,0%	10	1,9%
França	39	4,7%	12	1,1%	16	1,6%	4	0,8%
Antígua e Barbuda	15	1,8%	17	1,7%	15	1,6%	7	1,4%
Santa Lúcia	12	1,5%	14	1,4%	12	1,3%	8	1,3%
China	17	2,0%	16	1,6%	10	1,0%	5	1,1%
Espanha	4	0,5%	9	0,9%	9	0,9%	2	0,4%
Brasil	0,0	0,0%	0,3	0,0%	0,1	0,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	689	83,1%	854	84,5%	838	87,4%	442	87,2%
DEMAIS PAÍSES	140	16,9%	156	15,5%	120	12,6%	65	12,8%
TOTAL GERAL	829	100,0%	1.010	100,0%	958	100,0%	507	100,0%
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	337	27,5%	447	31,1%	420	30,1%	171	28,0%
Países Baixos	218	17,8%	223	15,5%	281	18,8%	117	17,7%
Trinidad e Tobago	178	14,5%	203	14,1%	178	12,8%	91	13,9%
China	74	6,0%	111	7,7%	108	7,6%	54	9,3%
Japão	64	5,2%	92	6,4%	80	5,7%	42	6,3%
Brasil	40	3,3%	52	3,6%	44	3,2%	27	4,1%
Bélgica	19	1,5%	24	1,7%	28	1,8%	10	1,6%
Alemanha	24	2,0%	21	1,5%	26	1,8%	21	3,1%
Índia	14	1,1%	11	0,8%	23	1,7%	9	1,3%
Reino Unido	18	1,4%	16	1,1%	19	1,4%	7	1,0%
SUBTOTAL	982	80,3%	1.200	83,6%	1.183	84,9%	549	83,2%
DEMAIS PAÍSES	242	19,7%	236	16,4%	210	15,1%	110	16,8%
TOTAL GERAL	1.224	100,0%	1.436	100,0%	1.393	100,0%	659	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPP/DC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Directorate of Trade Statistics, November 2010.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-Junho.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SURINAME

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	691	50,4%
Produtos químicos inorgânicos	433	31,6%
Peixes e crustáceos, moluscos	81	5,9%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	52	3,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	40	2,9%
Subtotal	1.297	94,7%
Demais Produtos	73	5,3%
Total Geral	1.370	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	171	13,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	167	12,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	160	12,4%
Produtos químicos inorgânicos	85	6,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	79	6,1%
Plásticos e suas obras	52	4,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	35	2,7%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	31	2,4%
Ferro fundido, ferro e aço	25	1,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	21	1,6%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	21	1,6%
Carnes e miudezas comestíveis	20	1,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	20	1,5%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	18	1,4%
Sal; enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	17	1,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões	15	1,2%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	14	1,1%
Borracha e suas obras	14	1,1%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	14	1,1%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	14	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	13	1,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	13	1,0%
Subtotal	1.019	78,7%
Demais Produtos	276	21,3%
Total Geral	1.295	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPE/DEC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

O Suriname não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SURINAME**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
<i>(US\$ mil, fob)</i>					
Exportações (fob)	35.895	31.468	36.597	46.903	40.170
Variação em relação ao ano anterior	28,3%	-12,3%	16,3%	28,2%	-14,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)	13	23.258	19.174	28.905	7.397
Variação em relação ao ano anterior	-88,2%	178807,7%	-17,6%	50,8%	-74,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	35.908	64.726	65.771	75.808	47.567
Variação em relação ao ano anterior	23,2%	52,4%	1,9%	35,9%	-37,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	35.882	8.210	17.423	17.908	32.773

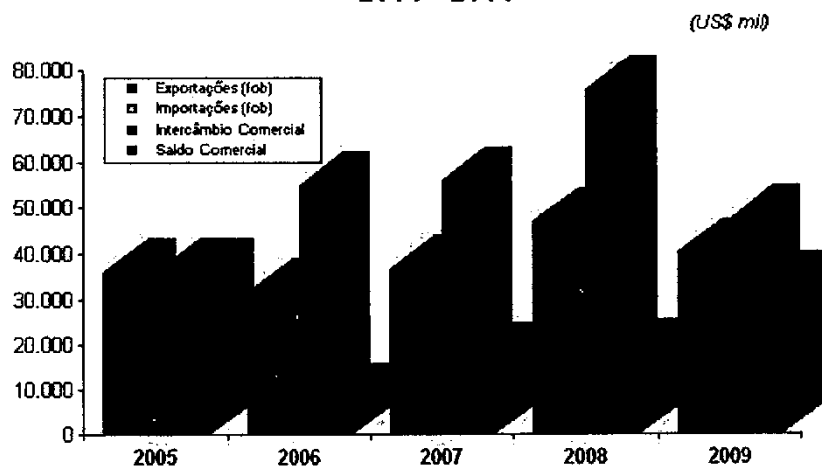
Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDC/SECEX/Alfaweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME	2009	2010
<i>(US\$ mil, fob)</i>	<i>(jan-out)</i>	<i>(jan-out)</i>
Exportações	31.491	51.594
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-21,9%	63,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	7.381	217
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-68,5%	-97,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	38.872	51.811
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-38,8%	33,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	24.110	51.377

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDC/SECEX/Alfaweb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME
2005 - 2009**



Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDC/SECEX/Alfaweb.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SURINAME**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US\$ mil, feb)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.875	10,6%	7.475	15,9%	6.349	15,8%
Outras partes de bombas para líquidos	1.255	3,4%	1.676	3,6%	2.013	5,0%
Outros motores diesel/semidiesel	684	1,9%	506	1,1%	483	1,2%
Congeladores (freezers) tipo armário, capacidade <=900L	0	0,0%	412	0,9%	245	0,6%
Outras carregadores/pás-carregadoras, de carregamento frontal	0	0,0%	684	1,5%	161	0,4%
Carnes e miudezas, comestíveis	5.619	15,4%	6.623	14,1%	6.060	15,1%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	3.402	9,3%	3.797	8,1%	3.357	8,4%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	2.204	6,0%	2.729	5,8%	2.663	6,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	3.055	8,3%	4.029	8,6%	2.854	7,1%
Outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha/plástico	545	1,5%	1.323	2,8%	1.104	2,8%
Calçados de borracha/plást. c/ parte super. em tiras	1.851	4,5%	1.732	3,7%	939	2,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	1.868	5,1%	1.784	3,8%	2.422	6,0%
Enchidos de carne, miudezas, sangue, preparações alimentícias	1.213	3,3%	1.164	2,5%	1.291	3,2%
Preparações alimentícias e conservas de bovinos	279	0,8%	79	0,2%	549	1,4%
Plásticos e suas obras	1.546	4,2%	1.827	3,9%	2.291	5,7%
Outros tubos de plásticos	281	0,8%	487	1,0%	689	1,7%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	430	1,2%	1.241	2,6%	2.170	5,4%
Cervejas de malte	201	0,5%	538	1,1%	1.324	3,3%
Preparações alimentícias diversas	1.876	5,1%	1.950	4,2%	1.950	4,9%
Outras preparações para elaboração de bebidas	588	1,6%	957	2,0%	1.082	2,7%
Café solúvel, mesmo descafeinado	1.271	3,5%	983	2,1%	836	2,1%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	1.415	3,9%	2.139	4,6%	1.652	4,1%
Açúcares e produtos de confectaria	1.229	3,4%	4.224	9,0%	1.483	3,7%
Açúcar de cana em bruto	0	0,0%	1.585	3,3%	679	1,7%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	1.048	2,9%	2.435	5,2%	579	1,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.650	4,6%	1.722	3,7%	1.307	3,3%
Produtos cerâmicos	791	2,2%	975	2,1%	1.220	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	1.085	3,0%	906	1,9%	921	2,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	924	2,6%	1.426	3,0%	825	2,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	443	1,2%	1.695	3,6%	802	2,0%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	432	1,2%	656	1,4%	694	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	832	2,3%	724	1,5%	660	1,6%
Borracha e suas obras	314	0,9%	295	0,6%	354	0,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	596	1,6%	652	1,4%	329	0,8%
Subtotal	27.980	76,5%	40.343	86,0%	34.363	85,5%
Demais Produtos	8.617	23,5%	6.560	14,0%	5.807	14,5%
TOTAL GERAL	36.597	100,0%	46.903	100,0%	40.170	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFRAC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MERCOSUL/Alcance
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores agregados em 2008

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SURINAME**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US\$ mil, fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos	18.381	99,9%	28.905	100,0%	7.380	99,8%
Alumina calcinada	18.381	99,9%	28.905	100,0%	7.380	99,8%
Cereais	793	4,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	19.174	100,0%	28.905	100,0%	7.380	99,8%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	17	0,2%
TOTAL GERAL	19.174	100,0%	28.905	100,0%	7.397	100,0%

*Elaborado pelo MFCE/PPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alexweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.*

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SURINAME**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SURINAME (US\$ mil, fob)	2009 (jan-out)	% do total	2010 (jan-out)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	8.634	16,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.374	17,1%	5.930	11,5%
Carnes e miudezas comestíveis	4.806	15,3%	5.385	10,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	627	2,0%	3.127	6,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	2.081	6,6%	2.539	4,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	2.009	6,4%	2.437	4,7%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	1.308	4,2%	2.292	4,4%
Plásticos e suas obras	1.743	5,5%	2.273	4,4%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	672	2,1%	2.048	4,0%
Preparações alimentícias diversas	1.609	5,1%	1.944	3,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	983	3,1%	1.775	3,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinágras	1.362	4,3%	1.680	3,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	914	2,9%	1.513	2,9%
Produtos químicos inorgânicos	82	0,3%	1.269	2,5%
Produtos cerâmicos	1.045	3,3%	1.219	2,4%
Subtotal	24.615	78,2%	44.065	85,4%
Demais Produtos	6.876	21,8%	7.529	14,6%
TOTAL GERAL	31.491	100,0%	51.594	100,0%

IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	200	92,2%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	16	7,4%
Produtos químicos inorgânicos	7.380	100,0%	0	0,0%
Subtotal	7.380	100,0%	216	99,5%
Demais Produtos	1	0,0%	1	0,5%
TOTAL GERAL	7.381	100,0%	217	100,0%

*Elaborado pelo MFCE/PPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alexweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-out/2009.*

Aviso nº 461 - C. Civil.

Em 12 de agosto de 2011.

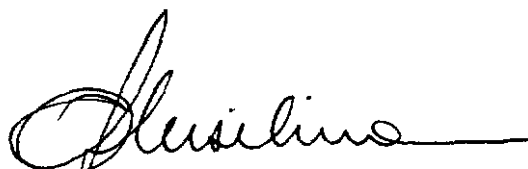
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/08/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:14105/2011